

A Reforma Eleitoral

O Congresso Nacional aprovou recentemente a chamada reforma eleitoral alterando em diversos pontos a legislação eleitoral na tentativa de moralizar e dar transparência na prestação de contas do uso de dinheiro destinado à propaganda eleitoral dos candidatos a cargo eletivo, e conseqüentemente, nas eleições do Brasil proibindo diversas formas de propaganda para captação de votos e reduzindo em grande monta o custo destas propagandas.

Escrevo esta coluna com a intenção de alertar o eleitor sobre tal subta benevolência de nossos políticos, fazendo uma dita reforma moral, a qual na verdade, em vista aos últimos escândalos de corrupção que atingiram a casa legislativa nacional, que fez os olhos dos cidadãos e autoridades se voltarem para a forma de angariação de verbas utilizada pelos partidos políticos com o fim de pagar seus custos de campanha, sangraram a mina de ouro de desvio de verbas públicas para custear e arcar com tais despesas, deixando em tom de desespero os comandantes desta prática, amplamente utilizada por diversos partidos políticos brasileiros.

Assim, surgiu de forma mágica e providencial a reforma eleitoral que proíbe showmícios, distribuição de camisetas, broches, canetas e afins, obriga a gravação de programas eleitorais para TV e rádio somente em estúdio fechado, entre outras proibições e obrigações, barateando largamente os custos de campanha e passando ao povo brasileiro uma sensação de que os próprios políticos em uma atitude moral aprovaram a reforma por ser o melhor para o país. Este é o cerne da questão, na verdade, os nossos políticos precisavam desesperadamente aprovar a reforma, pois não haveria recursos suficientes para uma campanha eleitoral conforme a prática habitual.

A indignação é que o projeto da reforma estava engavetado há muitos anos e somente quando existe um interesse pessoal dos partidos políticos finalmente a mesma é votada dizendo estar realizando a vontade do povo quando na verdade, devido aos escândalos que resultaram no endurecimento do

TSE na fiscalização das contas dos partidos em conjunto com a fiscalização de outras autoridades, secaram a fonte donde jorrava o dinheiro público que cobria os rombos destas despesas nos caixas partidários.

Em época de copa do mundo, quando toda atenção da mídia e do cidadão brasileiro está voltada para os jogos na Alemanha, tenho receio de ser realizada mais uma peripécia ou pérola política a qual pode ser rapidamente aprovada pelo Congresso Nacional pegando de surpresa a população, pois somos com certeza neste mês o país do futebol deixando a rédea livre dos nossos políticos para efetuarem suas traquinagens legislativas.

Marcelo Pedro Oliveira